

Vagas. Dinheiro seria suficiente para fazer 175 escolas para crianças de 4 a 6 anos

Estado deixou de receber R\$ 135 milhões para investir em Educação

O valor corresponde à receita que é retida pela DRU, criticada pelo secretário Haroldo Corrêa Rocha

PRISCILLA THOMPSON
ppessini@redgazeta.com.br

■ Em 2008, o Espírito Santo deixou de receber do governo federal R\$ 135 milhões a serem investidos na Educação. Se o valor - que corresponde ao que é retido por meio da Desvinculação de Receita da União (DRU) - fosse aplicado na educação infantil, seria suficiente para construir 175 escolas para crianças de 4 a 6 anos em todo o Estado e suprir, em um ano, a demanda por mais de 52 mil vagas.

A informação da Secretaria Estadual de Educação (Sedu) respalda a defesa pe-

Arrecadação

R\$ 258,14 bilhões

■ Esse foi o total da receita arrecadada pelo governo federal em impostos, em 2008. Desse total, 20% - R\$ 51,173 bilhões - foram destinados à própria União por meio da DRU

R\$ 19,15 bilhões

■ Foi o valor aplicado em Educação pelo governo federal em 2008. Sem a DRU, esse valor subiria para R\$ 27,87 bilhões, o que representaria uma perda de R\$ 8 bilhões nos investimentos

R\$ 32,68 bilhões

■ É o valor que o governo federal deixou de investir em Educação no país desde a criação da DRU, em 1994. No Espírito Santo, R\$ 569,7 milhões deixaram de ser repassados para a Educação

lo fim da DRU, que se transformou em Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e foi levada à Câmara Federal na última terça-feira pelo deputado federal Rogério Marinho (PSB-RN).

Criada em 1994, a DRU determina a separação de 20% das receitas da União

para uso exclusivo do governo federal. Com isso, os 18% do total da receita que, constitucionalmente, devem ser destinados à Educação em todo o país, diminuiu para cerca de 12,4%, em 2008, por exemplo.

Ao longo de 14 anos, o governo deixou de repas-

sar mais de R\$ 32 bilhões para a Educação no país. Só no Espírito Santo, foram mais de R\$ 569 milhões retidos.

RETENÇÃO

Segundo o Secretário Estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha, se a quantia tivesse sido aplicada teria

tornado possível a universalização do acesso dos jovens ao ensino básico no Espírito Santo.

“As justificativas para a criação da DRU hoje não são mais válidas. A situação econômico-financeira do país é outra, e o Plano de Desenvolvimento da Educação, criado pelo Ministério da Educação em 2007, precisa de recursos para ser tocado. Estamos perdendo um investimento precioso”, diz.

Haroldo defende, ainda, que o dinheiro da DRU seja investido na educação básica e que seja repassado aos municípios por meio do do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) ou por meio do Estado.

Entenda

■ **DRU.** A Desvinculação de Receita da União (DRU) é uma emenda constitucional, criada em 1994, para determinar a separação de 20% das receitas da União para uso e controle exclusivos do governo federal

■ **Investimento.** Quando foi criada, o objetivo da DRU era repassar o montante desvinculado aplicando em ações sociais, ajudando a equilibrar as contas públicas

■ **Fim.** O deputado federal

Constitucional (PEC) apresentada por ele propõe a redução gradativa da incidência da DRU até chegar a 0% em 2011. Em 2009, 12,5% seriam desvinculados, segundo a PEC, e em 2010, a DRU representaria apenas 5% do total

■ **Votação.** Depois de passar pela Câmara dos Deputados, o texto deverá ser votado no dia 17 de março. Posteriormente, terá que ser votado em dois turnos no

Cada um dos municípios do Estado receberia R\$ 1,7 milhão

Com esse valor, seria possível construir uma unidade básica de educação infantil em cada cidade

■ Se o valor da Desvinculação de Receitas da União (DRU), em 2008, fosse repassado de forma igual a cada um dos 78 municípios do Estado, as secretarias municipais de Educação rece-

educação infantil em cada município, com capacidade para atender de 350 a 400 crianças.

Hoje, 66% das crianças de 0 a 6 anos estão fora da escola em todo o Estado. Segundo a Secretaria Estadual de Educação (Sedu), com R\$ 75,25 milhões, seria possível construir 175 unidades de ensino básicas no Espírito Santo, capazes de atender a 300 alunos divididos em seis salas de 25 alunos em

anos, com a criação de 672 escolas e um investimento de cerca de R\$ 288 milhões.

Segundo a presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado (Undime), Célia Maria Vilela Tavares, o dinheiro faz muita falta aos municípios. “Cariacica, por exemplo, investiu cerca de R\$ 90 milhões em Educação em 2008. Mas existem outros municípios que têm investimentos

R\$ 1,5 mil

DTs ficam mesmo sem dinheiro de computador

Assembleia aprovou o bônus para professor efetivo, mas temporários não foram contemplados

■ O projeto de lei que prevê um bônus de R\$ 1,5 mil para que cada professor efetivo da rede estadual compre um computador foi aprovado, ontem, pela Assembleia Legislativa. Os deputados, no entanto, chegaram a cogitar a possibilidade de criar uma emenda para ampliar o benefício aos profissionais de Designação Temporária (DT).

O texto não chegou a ser modificado, porque o legislativo não pode aprovar emendas que gerem mais despesas para o executivo. Diante da decisão, o governo reafirmou que não tem condições de ampliar a gratificação para os temporários.

A Secretaria Estadual de Educação (Sedu) afirma: “No projeto aprovado na Assembleia Legislativa há um artigo na lei que impede o profissional de vender o equipamento pelo período de dois anos. Como o contrato com o DT é de no máximo um ano, não há mecanismos para garantir o cumprimento deste artigo”.

PAGAMENTO

A previsão é que aproximadamente 10 mil educadores concursados sejam beneficiados com a medida. O bônus deve ser depositado na conta dos servidores junto com o pagamento de março, no próximo dia 27.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado (Sindiupes) é contra a nova legislação. “Defendemos um salário digno para que o professor tenha condições de comprar um computador, se ele quiser, assim co-

■ Se o valor da Desvinculação de Receitas da União (DRU), em 2008, fosse repassado de forma igual a cada um dos 78 municípios do Estado, as secretarias municipais de Educação receberiam, em um ano, pouco mais de R\$1,7 milhão. Com esse valor, seria possível construir, pelo menos, uma unidade básica de

Secretaria Estadual de Educação (Sedu), com R\$ 75,25 milhões, seria possível construir 175 unidades de ensino básicas no Espírito Santo, capazes de atender a 300 alunos divididos em seis salas de 25 alunos em cada turno (matutino e vespertino). Em três anos, seria possível atender a toda a demanda na faixa etária de 0 a 6

(Undime), Célia Maria Vilela Tavares, o dinheiro faz muita falta aos municípios. "Cariacica, por exemplo, investiu cerca de R\$ 90 milhões em Educação em 2008. Mas existem outros municípios que têm investimentos menores. Em qualquer um deles, a possibilidade de ter mais dinheiro nessa área é muito importante", diz.

criada, o objetivo da DRU era repassar o montante desvinculado aplicando em ações sociais, ajudando a equilibrar as contas públicas

■ **Fim.** O deputado federal Rogério Marinho (PSB-RN) defende o fim da DRU. A Proposta de Emenda

■ **Votação.** Depois de passar pela Câmara dos Deputados, o texto deverá ser votado no dia 17 de março. Posteriormente, terá que ser votado em dois turnos no plenário da Câmara, e retornar ao Senado para ser aprovado

dores em Educação Pública do Estado (Sindiupes) é contra a nova legislação. "Defendemos um salário digno para que o professor tenha condições de comprar um computador, se ele quiser, assim como investir em formação", defende o diretor de comunicação do sindicato, Swami Cordeiro Bérغامo.

Duração. Tempo de aulas passou de 50 minutos para uma hora

Estudantes não querem ficar mais tempo na escola

Grupo promete protestar hoje em Cariacica, porque alega se atrasar para chegar a estágio

■ Insatisfeitos com o aumento no tempo de permanência na Escola Professora Maria de Lourdes Santos Silva, em Alto Lage, Cariacica, alunos do ensino médio vão fazer um protesto hoje, em frente à escola, a partir das 7h. O motivo, segundo os estudantes, é que o horário de saída pela manhã, às 12h20, está impedindo que outras atividades, como estágios, sejam realizadas à tarde.

Segundo a estudante do 3º ano Deysiane de Souza, 17 anos, o horário das aulas mudou este ano, e muitos alunos não estão conseguindo chegar ao estágio antes de 13h30 ou, no caso dela, ao cursinho pré-vestibular.

"Queremos que as aulas voltem a durar 50 minutos, e não uma hora, para que a gente possa sair por volta de 11h30, almoçar e chegar a tempo no trabalho", diz ela.

O aumento no tempo de permanência acontece dentro do Programa Mais Tempo na Escola, da Secretaria Estadual de Educação (Sedu), que prevê que os alunos fiquem 25, 30 ou 40 horas semanais dentro da escola, dependendo da modalidade a que a unidade aderir.

Segundo a subsecretária



VITOR JUBINI

INCOMPATIBILIDADE. Estudantes dizem que estão sendo prejudicados no trabalho

Estadual de Educação, Adriana Sperandio, a escola Professora Maria de Lourdes Santos Silva aderiu à jornada de 25h e, portanto, os alunos ficam cinco horas por dia na escola. "O objetivo é aumentar as oportunidades de aprendizado do aluno. Entendemos que o estágio é uma atividade comple-

mentar, mas que não deve ser tratada como prioridade sobre o ensino", diz.

Ela afirma, ainda, que não há dificuldades a serem enfrentadas pelos alunos para conciliar estágio e escola. "Quem passa por algum problema nesse sentido, pode procurar a Sedu. Nós mesmos

entramos em contato com a empresa e explicamos a situação", promete.

Até agora, 272 escolas no Estado fazem parte do programa. O objetivo da Sedu é, até 2010, ter 90% das escolas da rede estadual atuando dentro do que prevê o Programa Mais Tempo na Escola.